



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXIX — Nº 44

QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 1974

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 71ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE JUNHO DE 1974

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Atos predatórios contra a fauna e a floresta que vêm ocorrendo ao longo da Transamazônica.

DEPUTADO ADHEMAR DE BARROS FILHO — Aniversário de fundação do "Jornal de Osasco".

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Considerações sobre o livro "Subdesenvolvimento: mancha a apagar" de autoria do Professor Descartes de Garcia Paula.

DEPUTADO RUY BACELAR — Transferência para Salvador-BA, da sede da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

DEPUTADO JOÃO MENEZES — Lançamento do livro "Purus, história de ontem e história de hoje," de autoria de Líbero Luxardo.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Mensagem Presidencial:

Nº 47/74-CN (nº 276/74, na origem) encaminhando o texto do Decreto-lei nº 1.330, de 31 de maio de 1974, que reduz alíquota do Imposto de Renda incidente sobre o lucro tributável nas empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, e dá outras providências.

1.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação do Calendário para tramitação da matéria.

1.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.5 — ENCERRAMENTO

ATA DA 71ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE JUNHO DE 1974

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. ANTÔNIO CARLOS

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

José Guimard — Geraldo Mesquita — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrónio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Itálio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Otávio Cesário — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinícius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERG
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA; Pires Sabóia — ARENA.

Piauí

Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Heitor Calvacanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Álvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Oziris Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingit Rosado — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Ricargo Fiúza — ARENA; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleal — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flôres — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Nancy Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB; Elcio Álvares — ARENA; José Carlos Fonsêca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacir Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Amaral Netto — ARENA; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípedes Cardoso de Menezes — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Jair Martins — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha—ARENA; Altair Chagas—ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonseca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Gilberto Almeida — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Muri-lo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coelho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de Abreu — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonseca — ARENA; Athiê Coury — MDB; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Ítalo Fittipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; José Camargo — MDB; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Abreu — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalméida Barbosa — ARENA; Salles Filho — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Basílio Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fantone — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Lopes da Costa — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldino Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Braga Ramos — ARENA (SE); Fernando Gama — MDB; Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Cesar Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes—MDB; Amaral de Sousa—ARENA; Amaury Müller—MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler—ARENA; Célio Marques Fernandes— ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Mário Mondino — ARENA; Milton Cassel — ARENA (ME); Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazzelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 293 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho, primeiro orador inscrito.

O SR. FLORIM COUTINHO (Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Ao longo do meu mandato na Câmara dos Deputados, por várias vezes, ocupei esta tribuna para defender a nossa flora e nossa fauna silvestres.

Assim como para atacar aqueles que as destruíam e depredavam, arrasando as florestas e extinguindo espécies de animais numa fúria incontida, sem olhar nada que não fosse ganhar uns miseráveis cruzeiros de qualquer maneira.

Havia então uma série de pequenos crimes, praticados por um bando de pequenos e grandes criminosos, mas que, "integrados", resultavam em devastações e a constante de integração, como no "Cálculo Integral", "o mais e" era a falta de repressão que se impunha.

Não por falta de órgãos a isso destinados, nem de legislação específica, mas pela incapacidade daqueles para atuar e fazer cumprir essa.

Cheguei, em certa ocasião, a fazer um projeto de emenda constitucional visando à manutenção e defesa da nossa Ecologia, mas nada resultou e nem sei que fim levou.

Houve, é certo, algumas reações e ações de alguns órgãos governamentais, notadamente os estaduais, mas que não foram capazes de deter nem intimidar os depredadores.

Com a Transamazônica e a corrida que acarretou para a Região da Amazônia visando à sua ocupação, integração, desenvolvimento e etc., a onda de destruição cresceu e vem crescendo assustadoramente.

Nacionais e estrangeiros, estes poderosamente armados e equipados, como verdadeiras potências econômicas, lançaram-se, ávida e furiosamente a uma nova corrida para o Oeste, corrida do ouro, nova era dos pioneiros, em tudo parecida com a tal época no país modelo e padrão, como se vê nos filmes de "bang-bang", enlatados da TV, com a TV GLOBO na cabeça.

Os mesmos aventureiros, matando animais, queimando as florestas, abrindo trilhas e picadas, lutando entre si, arrasando e destruindo tudo no afã de ganhar o máximo de dinheiro no menor tempo possível e com o mínimo de gastos, sem olhar os males que causam, nem a devastação que vão deixando pelo caminho.

E até expulsando e matando os silvícolas para tomarem as suas terras, como faziam os pioneiros, que extinguíram os pele-vermelhas e os búfalos, em épocas passadas, sob a proteção da Cavalaria dos Estados Unidos de então.

Com uma diferença notável, porém: na Amazônia, dispõem de uma Transamazônica, de recursos modernos que o desenvolvimento da técnica e da ciência põe nas suas mãos, mas não dispõem da Cavalaria, as Forças Federais, pelo menos.

Que, ao contrário da Cavalaria Americana, lá estão se localizando para outras finalidades muito diferentes e que nunca serão cúmplices dos crimes que lá estão sendo cometidos.

Confio nessas forças porque, pelo menos, elas não permitirão nem apoiarão o que por lá está acontecendo, desde que o percebam, é claro.

Volto, agora, a esta tribuna para, mais uma vez:

1º — denunciar, à luz do noticiário que vem sendo publicado, os crimes que estão sendo cometidos na Região Amazônica;

2º — provocar, com isto, os desmentidos oficiais, se for o caso, e se tudo não passar de "coisas de jornal";

3º — provocar a reação do Governo Federal para dar aos Órgãos encarregados de zelar pelas nossas Flora e Fauna os meios para defendê-las, deter a depredação e punir os criminosos, fazendo cumprir as leis que já existem sobre a matéria;

4º — provocar novas leis, se for necessário, e novas ações, idem;

5º — não apelar para os governos dos Estados da Região, pois estes me parecem fracos e até, em certos aspectos, cúmplices da ação dos depredadores, talvez na ilusão de que ela está desenvolvendo as suas Unidades e é boa para eles; quando é justamente o contrário — está acabando com os recursos naturais dos mesmos e visa a transformá-las em terras arrasadas —, do tipo sertão nordestino —

Não tenho, como sempre, muitas esperanças de que esses apelos sejam ouvidos, embora o panorama geral, no Quadro do Governo Federal, tenha mudado um tanto e essa é, aliás, a única esperança que ainda me anima a tratar do assunto.

Mas, assim mesmo, julgo de meu dever voltar ao mesmo.

Porque, ainda que seja em vão, que nada resulte, meu principal objetivo será alcançado — deixar escrito, estampado, impresso nos Anais do Congresso o crime que se está cometendo contra o Brasil, lá na fabulosa e cobiçada Amazônia Brasileira.

Para que nunca se possa dizer que houve um Congressista, pelo menos, que não se omitiu, tornando-se cúmplice desse crime, por omissão ou indiferença.

Falo, neste momento, mais para os Anais, que poderão ser mudos e surdos mas que um dia poderão falar, se for o caso, ou mesmo o acaso.

E, desde logo, declaro, com firmeza e decisão:

1º — que falo visando à defesa da nossa ecologia, da nossa Amazônia, a maior bacia sedimentar do Mundo, a maior concentração de água doce do Mundo e uma das poucas ainda não totalmente comprometidas — uma das grandes reservas mundiais que muito pode servir ao homem;

2º — que, se a Transamazônica está servindo para destruir, em parte ou no todo o potencial que a Amazônia representa, então meus pésames a quem a projetou e construiu.

Que era necessária, não contesto e seria tolice fazê-lo.

Mas não para o que está acontecendo e provocando.

Ou ela vai servir aos fins a que foi destinada, ou então seria melhor que não fosse construída.

Ou se põe a ordem e a lei nela e nas regiões que pode e deve beneficiar e desenvolver ou nada feito.

Transamazônica é uma coisa e transdevastação é bem outra.

Agora, vamos aos fatos noticiados e que me motivaram para este despretensioso pronunciamento.

São do conhecimento público porque publicados em um jornal de grande circulação como o *Jornal do Brasil*, edição de domingo, 19

de maio de 1974; não é da década de 60, nem de 50 nem de outras anteriores — é deste ano.

Só não leu quem não compra jornais, ou não os lê ou, se lê, finge que não leu e não dá importância ou, o que é mais importante, é ler anúncios.

Mas há órgãos governamentais citados e autoridades também, portanto, ou esses órgãos e autoridades estão mentindo, ou exagerando, ou é "coisa de jornal", ou então, o que é mais provável, tudo é verdade e verdade impressionante e tristemente verdadeira, por assim dizer.

Vejamos:

DESMATAMENTO ALTERA A FACE DA AMAZÔNIA

Edilson Martins
(Enviado especial)

"Rio Branco — A execução de projetos agropecuários na Amazônia a partir de técnicas impróprias de desmatamento está alterando profundamente a ecologia da região. Exemplares de cedro, castanheiro, sucupira, mogno, maçaranduba e seringueira com mais de 200 anos de vida estão sendo destruídos por instrumentos sofisticados e drogas devastadoras, como a motosserra e o herbicida 2,4,5-T. Na mão de um só homem a motosserra abate um hectare por dia; o uso do herbicida, mais conhecido como agente laranja, é proibido por lei federal.

No ano passado, as motosserras, os herbicidas, os tratores, o machado e o fogo derrubaram 100 mil hectares de florestas de grande porte, dos quais apenas 400 foram aproveitados: o resto apodreceu. O delegado do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal em Rio Branco, Sr. Eleazar Valpato, acha isto uma violência, senão um crime.

A NOVA CORRIDA

Desde sua incorporação ao território brasileiro, no início do século, o hoje Estado do Acre, devotou-se à produção de borracha, castanha e couros de animais silvestres, chegando a contribuir com a maior parte dos embarques de borracha nativa, de que o Brasil era o maior exportador, antes da Primeira Grande Guerra. Mesmo depois que a borracha sintética ameaçou a hegemonia do produto natural, os acreanos continuaram voltados para a economia extrativa.

Nos últimos 10 anos, o endividamento dos proprietários começou a provocar a extinção dos seringais. Em consequência, os quase 15 milhões de hectares delimitados pelas fronteiras acreanas passaram a ser oferecidos, no retalho, a preço de banana, como se dizia na região há três anos, quando um hectare dessas terras não custava mais de Cr\$ 5,00 — até que a Transamazônica incitasse sulistas, mineiros e fazendeiros de Mato Grosso à nova corrida para o Oeste.

Hoje, um hectare de terras acreanas não é vendido por menos de Cr\$ 400,00 — e um pouco por causa disso, entre os homens que estão chegando, raros são aqueles que se importam com a preservação da natureza; sua preocupação dominante é a de ganhar a maior quantidade de dinheiro no menor tempo possível, ainda à margem da lei, que determina, por exemplo a conservação da floresta original em metade das áreas que ocuparem.

GUERRA AO HERBICIDA

Os técnicos do IBDF observam que a legislação de defesa florestal é farta e, se pudesse ser cumprida na vastidão da Amazônia, bastaria para assegurar o equilíbrio ecológico da região, seriamente ameaçado pelas técnicas inadequadas do preparo das terras na ocupação agropecuária.

Em parecer sobre o uso de herbicidas na região, o diretor do Departamento de Pesquisas e Conservação da Natureza do IBDF, Sr. Alceo Magnanini, afirmou que, "do ponto de vista pessoal, considero um crime inominável contra o ambiente, contra a flora, contra a fauna e contra o próprio homem o uso de herbicidas e similares, como é o caso dos desfolhantes arboricidas, que podem ser substituídos pelo machado, pela serra, pela foice, pelo trator e até pelo fogo; será que esse arsenal já não é mais do que suficiente para matar árvores e devastar florestas?"

O parecer de Magnanini acentuou ainda que o herbicida 2,4,5-T "traz riscos imediatos, a médio e longo prazo, para a própria espécie humana, por ser (a dioxina, substância componente) tóxica, teratológica e possivelmente cancerígena".

Mas o IBDF sabe que é impossível impedir a aplicação desse herbicida na região, apesar das apreensões e dos inquéritos; para fiscalizar seu emprego proibido, teria de mobilizar aviões; embarcações, carros e maior número de técnicos. Em vez disso, ele se limita a uma fiscalização quase simbólica, que inclui a doutrinação dos investidores recém-chegados à Amazônia, em conversas demoradas com o engenheiro agrônomo Eleazar Valpato, em seu gabinete na Delegacia do IBDF em Rio Branco.

MOLDURA DE RETALIAÇÃO

São muitas as técnicas empregadas para a destruição rápida da florestas, mas as mais comuns são a queimada e as lâminas do trator.

No verão, delimita-se uma área, toca-se fogo em sua direção e dois ou três dias depois destrói-se o que a natureza levou séculos para construir e conservar na Amazônia. Na queimada, os animais desaparecem, a flora se transforma, os igarapés aos poucos reduzem seu leito até secarem. De avião já se vê a consequência desse desmatamento incontrolado: rios e florestas, que há cinco ou seis anos eram caudalosos e densos, sumiram, cedendo lugar a um solo árido e sem bichos, onde faz um calor insuportável quase sempre, porque a devastação florestal provoca o aumento das máximas de temperatura (os ecologistas calculam que a temperatura na Amazônia chegará em breve aos 50 graus centígrados).

Também os tratores estão mudando a fisionomia da Amazônia. Nas matas de médio porte, os peões utilizam uma grossa corrente presa a dois tratores, que rodam paralelamente e põem abaixo árvores, arbustos e toda forma de vida vegetal. A motosserra é a mais recente invenção da técnica de derrubar árvores; no Projeto Jari, entre o Pará e o Amapá, os peões manobram quase exclusivamente essa máquina perigosa, que tem provocado muitos acidentes fatais.

Já os herbicidas e os desfolhantes são de uso mais simples. Lança-se essa arma bioquímica na área desejada e, em pouco tempo, as folhas caem das copas, os caules perdem o viço e os velhos lenhos nobres da Amazônia passam a lembrar aquelas árvores esgalhadas e secas que serviam de moldura às cenas de retaliação na guerra do Vietnam, onde esses desfolhantes também foram empregados para revelar os esconderijos dos guerrilheiros vietcongs.

Os desfolhantes são lançados de avião e em pouco tempo a árvore perde seu viço, suas folhas e morre."

"Jornal do Brasil", 19-5-74.

Em resumo:

1º — O fogo, a serra, o machado, meios obsoletos e tradicionais, e os tratores modernos e outros implementos, não são mais os meios empregados para destruir a flora, a fauna, a terra e, afinal, transformar esta em desertos onde o próprio homem não poderá subsistir; a mata amazônica é vasta, fechada e completa; para destruí-

la, é preciso usar outros meios, mais modernos e mais destruidores; os antiquados e ignorantes fabricantes de desertos são agora modernizados — são empresários modernos, nacionais e estrangeiros, ávidos de dinheiro, "empreendedores", movidos pela ganância, inconscientes e despreparados, mas endeusados pela onda do desenvolvimentismo imprudente, desordenado e ignorante —; seu objetivo é o lucro imediato e rápido e o resto não interessa; e esse resto é a destruição dos recursos naturais que permitem a vida dos seres vivos, a destruição do equilíbrio ecológico, a poluição e tudo o mais que todas as pessoas inteligentes sabem que resulta desse desenvolvimento predatório e criminoso contra a Natureza e contra o próprio homem; isto significa que os ignorantes, atrasados e tradicionais devastadores, das roças itinerantes estão, apenas, substituídos pelos modernos ignorantes da devastação em massa, por hectares, que usam processos e recursos técnicos e modernos para produzir não mais as roças itinerantes, mas desertos itinerantes. Isto é: a ignorância continua viva, impávida, invicta, tradicional e cada vez mais criminosa e técnica.

Há um consolo, apenas esses idiotas estão garantidos, pois deles é o Reino dos Céus; podem agir à vontade porque seu futuro está seguro "lá em cima" —

2º — Disse que mesmo os meios destruidores modernos são insuficientes para destruir uma flora, como a da Hileia Amazônica.

E são mesmo, porque se está usando os "herbicidas", que contêm substâncias tóxicas, como a "dioxina", que traz riscos imediatos, a médio e longo prazo, para a própria espécie humana.

Não mata só os vegetais e os animais: mata também o homem.

Mas isso não interessa às empresas privadas, empresários modernos, jovens, audaciosos, etc., etc.

O que interessa é ganhar dinheiro, devastar, destruir, matar a torto e a direito, pra frente, pros lados e pra trás.

Matar a terra, matar o Brasil!

Pra frente Brasil! Mesmo aleijado, cambaio e aniquilado!

É isso o que acabará resultando se continuarem as coisas como vão e, principalmente, se não der um "direto" nos dentes dessa fauna predatória e criminosa.

E mais: herbicida é arma de guerra, da guerra biológica.

É material bélico, portanto.

Os americanos, que têm pavor da selva, e qualquer carrascal vagabundo é selva para eles, usaram herbicida no Vietnam.

Destruíram a selva de lá, em operações de guerra.

Pergunto agora:

a) quem está permitindo o emprego de material de guerra na Amazônia?

b) quem deu ordens para que seja usado, livre e abundantemente? As Forças Armadas ou quem, afinal?

c) quem está adquirindo essas drogas nocivas e venenosas?

Onde e como?

d) quem as está fabricando e vendendo?

Mais perguntas poderão ser feitas por quem deseje aprofundar esse nefando assunto.

Serão respondidas? Não creio, mas, em todo o caso, faço apenas algumas na esperança de que sejam respondidas, mesmo negativamente, por quem elas possam sensibilizar, ao menos.

Mas, mesmo pela negativa, declaro que espero respostas certas, corretas e exatas; até mesmo desmentindo, não a mim, mas às autoridades, órgãos e à imprensa que noticiou os fatos.

Resposta negativa, simplória e na base da sofismática, essa eu não aceito, não engulo e nem digiro.

Como se dizer que o que se está passando na Amazônia, ao longo da Transamazônica, notadamente, é necessário para o Desenvolvimento, para a Integração e mais algumas palavras meio vagas e empoladas?

Ou que a ação da empresa privada e dos empresários por lá vai transformar a região em um vasto jardim florido para o Mundo, além de um celeiro, um Paraíso para a Humanidade?

Pode ser um jardim, mas um Jardim de Allah, que é o nome que os árabes dão ao deserto de Sahara, e outros.

Ou que o alegre e satisfeitíssimo alemão da Volkswagen do Brasil (melhor, de S. Paulo) já está esfregando as mãos de contente e declarando que vai à Amazônia: não para fabricar os seus "fuscas" inseguros, sem resistência e mortíferos, mas para instalar um vasto complexo para explorar madeira, indústria agropastoril e não sei mais o quê.

Se esse simpático e alegre alemão "baixar" mesmo lá, então "adeus Hileia Amazônica".

Essas respostas, e outras, eu não aceito, desde logo.

Vou terminar, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

Apelando, pedindo e implorando às autoridades competentes, sérias e responsáveis do Governo da República, para que ponham um freio, um paradeiro, à destruição da Amazônia e da nossa Flora e Fauna, em geral, enquanto é tempo.

Que não permitam que a ignorância e a ganância, sob a capa do Desenvolvimento, Integração, Turismo e outras coisas meio suspeitas, pratiquem as ações predatórias e criminosas que estão praticando não só na Amazônia, mas em outras regiões do País.

Com o único objetivo de conseguir lucro imediato, deixando pelo caminho um rastro de destruição irreparável ou dificilmente reparável.

— As autoridades do mais alto escalão da República, onde estão homens austeros, inteligentes e que conhecem os problemas nacionais, segundo acredito.

Não às estaduais, que não têm meios, nem força e que, em alguns casos, até se iludem ao pensar que o que está acontecendo é bom para os seus Estados, para não ir mais longe.

E, principalmente, quero declarar o seguinte:

As gerações brasileiras do Futuro poderão herdar um Brasil destruído, semi-arrasado, com vários desertos que não tinha, mas devem ficar certos de que a culpa caberá à atual geração que não foi capaz de evitar essa triste herança.

Mas que, se isso acontecer, não foi sem o desprezioso mas veemente protesto, em termo útil, desse modesto congressista que vos fala, tentando defender o patrimônio que Deus nos deu e que está ameaçado de não ser conservado para ser entregue aos brasileiros do Futuro, como deve ser entregue.

Ainda está em tempo!

Vamos conservar o Brasil para legá-lo aos vindouros, como uma Nação moderna, grande, progressista, poderosa e, principalmente, são e salvo!

Fora com os depredadores e rapinantes, ladrões e criminosos que usam armas de guerra para destruir a nossa Ecologia, retalhando-a no balcão, por atacado e a varejo.

Ou cadeia com eles, que é melhor ainda, pois ela é o lugar certo para eles. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Adhemar de Barros Filho.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente Srs. Congressistas:

O *Jornal de Osasco* está fazendo hoje, dia 13 de junho, 1 ano de fecunda existência. Com primeiro aniversário de luta, o *Jornal de Osasco* muito fez pela cidade, batalhando sem tréguas para que o Município a que serve atinja sempre os mais altos índices de progresso.

Levo a minha mensagem de congratulações a Cláudio Sergio Gomes, diretor-responsável, e jornalista de raras qualidades de cultura e espírito.

Porta-voz de uma fascinante cidade-obreira, que desmembrada do Município de São Paulo em 1937, seguiu a sua vocação de grandeza, vê-se que Osasco, as cidades do ABC e outros núcleos fabris da grande área metropolitana vêm dando aulas de trabalho e patriotismo às novas gerações.

Referindo-nos particularmente a Osasco, de que é intérprete o vibrante jornal em tela, é justo destacar o nome do Prefeito Rossi, que dispensa a Osasco o tratamento administrativo próprio a uma cidade de grande porte, e de reivindicações complexas e contínuas.

Concentração industrial que dignifica São Paulo e o Brasil, Osasco cumpre a sua rota histórica, e o *Jornal de Osasco*, que é a trincheira dessa civilização obreira, é que está em festas, pelo ano de esforço criador que vem empreendendo. Para esse laborioso semanário expresso a minha homenagem, que se estende aos seus redatores, repórteres, fotógrafos e operários.

Não subsiste dúvida de que o *Jornal de Osasco* continuará cumprindo o seu apostolado, com os marcantes exemplos de sua nobreza e de seu comportamento cívico sempre vigilante. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: Há sempre alguém — felizmente — que mesmo fora dos quadros da militância político-partidária ou da administração se dedica, com inteireza moral e alto valor mental, a discutir e a examinar problemas do mais alto interesse coletivo.

Gente que, servida de notável espírito público, toma de suas horas de lazer para, mediante estudo e dedicação, buscar soluções que verdadeiramente sirvam à problemática nacional. Homens e mulheres para quem o amor da Pátria não se condiciona ao fato de pertencer ao serviço público, mas que, movidos por puro patriotismo, colaboram com entusiasmo na obra comum do engrandecimento nacional.

Ainda agora — e consigno prazerosamente o fato — venho de receber, oferecido por seu autor, um livro que reputo admirável. Trata-se de uma obra intitulada: "Subdesenvolvimento: Mancha a Apagar", do professor Descartes de Garcia Paula.

O autor, com discernimento e com talento, caminha seguro e sereno pelas páginas de nossa História e nos dá uma visão segura e tranqüila de como, "vencendo uma natureza deveras bravia, numa caminhada ora serena, ora atribulada, entre vitórias e tropeços, chegou o povo brasileiro a criar uma civilização nos trópicos que não o deixa na retaguarda de nenhum outro povo da mesma faixa geográfico-climática".

O livro, que deve andar no conhecimento de todos, sobretudo de nós outros, os legisladores, aborda uma série de temas os mais importantes e urgentes, que não podem nem devem ficar no nosso desconhecimento, pois é dever nosso encontrar as soluções para todos os dados que ali nos são oferecidos.

Nem por outro motivo foi que o ilustre homem de letras e renomado cientista social, o Professor Ivan Lins, disse, sobre a obra:

"Dá o autor, com este trabalho, um exemplo do que deve ser a participação de todos os homens nos problemas da vida, da Pátria e da Humanidade."

Neste livro: "O Subdesenvolvimento: mancha a apagar", o Professor Descartes de Garcia Paula assinala as injustiças e iniquidades que existem na questão salarial, à qual se liga, naturalmente, a questão preços e vida, que, globalmente falando, se tem agravado, entre nós, a partir de 1964.

O fato, ninguém o contestará, é que as correções salariais atribuídas ao funcionalismo civil e militar não têm sido acompanhadas de correções similares relativamente aos assalariados de um modo geral, e isso tem imposto, e continua impondo aos trabalhadores brasileiros o ônus de suportar e pagar, quase que só eles, pela inflação que continua e que, este ano, tende a ser muito superior àqueles máximos anteriormente previstos.

O livro prova um fato inegável: os salários, no Brasil, não estão obedecendo aos postulados de justiça e de equidade.

Honra, pois, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ao Professor Descartes de Garcia Paula, pela sua extraordinária contribuição ao exame de um problema que aflige, genericamente, a toda uma população do Brasil. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Somamos às manifestações de todas as forças vivas da Bahia a nossa palavra, a fim de reivindicar a transferência da sede da Companhia Hidroelétrica do São Francisco para a cidade do Salvador.

A noticiada mudança daquele importante órgão para a Cidade do Recife, se efetivada, não terá o silêncio e o assentimento dos baianos.

As lideranças políticas e empresariais de nosso Estado, a começar do dinâmico Governador Antônio Carlos Magalhães, Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores, Federação das Indústrias e Associação Comercial, já expressaram o receio, que é o de toda a Bahia, pela não transferência da sede daquela empresa para o nosso território.

O jornal *A Tarde*, legítimo defensor das causas da comunidade baiana, com objetividade e clareza, como quando encetou a campanha de aumento do percentual dos royalties e a não redução dos mesmos, pagos pela PETROBRÁS aos Estados e Municípios produtores de petróleo, mais uma vez deu seu grito de alerta.

Em memorável editorial sob o título "Apelo ao Presidente", na edição do dia 29 próximo passado, de maneira inteligente e irresponsável, ao focalizar tão importante assunto submetido à deliberação do Executivo Nacional, apresentou sérios e inquestionáveis argumentos que nos convenceram, como a todos os brasileiros, de que a palavra final do Presidente Ernesto Geisel será, por certo, a de autorizar a transferência da sede da CHESF da Guanabara para Salvador.

Em recentes declarações feitas à imprensa, o Sr. Miguel Vita, Presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, classificou de "irreversível" a nova localização da sede da Companhia em Recife. O Engenheiro Sebastião Barreto Campelo qualificou de "um absurdo", a reivindicação baiana, por considerar ser Recife o centro econômico mais importante do Nordeste, motivada ainda pela proximidade da SUDENE e por ser a atual diretoria da CHESF ocupada por pernambucanos.

As alegações dos ilustres nordestinos, tecnicamente não nos convenceram e nem tampouco nos arrefecerá na luta pela efetiva localização da Bahia.

Vejamos, pois, Sr. Presidente, e Srs. Congressistas, os motivos que sobejamente justificam a solicitação do povo de nossa terra:

— Embora servindo ao desenvolvimento de toda a região, é na Bahia que a CHESF possui as principais instalações, com quatro usinas em Paulo Afonso, a futura usina de Moxotó e a barragem de Sobradinho, causando esta última sérios prejuízos pelo desaparecimento de quatro sedes municipais e 11 vilas e povoados.

— Pelo fato de ser o maior consumidor atual de energia elétrica, em todo o Nordeste, 37,8% do total no ano passado, contra 31,3% de Pernambuco, e com acentuadas possibilidades de maior e sempre crescente consumo de energia industrial, com a implantação do segundo pólo petroquímico nacional.

— Por ser a Bahia o maior Estado da área em território, população e atualmente em ritmo de crescimento econômico e possuir a cidade de Salvador, condições infra-estruturais de bem receber a sede da empresa, assim como, geograficamente, situar-se mais próxima das unidades geradoras e dos pólos industriais do Centro-Sul do País.

Portanto, Sr. Presidente, do mesmo modo que aplaudimos as decisões do Poder Central em ter localizado a direção do Banco do Nordeste do Brasil e a sede do Departamento Federal de Obras

Contra as Secas, no Ceará, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e a Rede Ferroviária do Nordeste na Capital pernambucana, achamos igualmente justa a localização da sede da CHESF em nossa capital.

Assim, havemos por bem dirigir-nos de modo especial a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, afirmando-lhe que os baianos depositam as maiores esperanças em seu Governo, certos do atendimento de tão justa reivindicação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Concedo a palavra ao último orador inscrito para o período de breves comunicações, o nobre Sr. Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Recebi o livro sob o título "Purus — História de Ontem e História de Hoje", de autoria de Líbero Luxardo e vou ofertá-lo à Biblioteca da Câmara dos Srs. Deputados porque traz, realmente, um documentário com profundo valor político. Esse livro retrata a história do Rio Purus e vamos encontrar, pela maneira como escreve Líbero Luxardo, aquela mesma acuidade que víamos em Raimundo Moraes quando começava a desbravar as histórias e lendas da Região Amazônica. O "Purus — História de Ontem e História de Hoje", de Líbero Luxardo, enfeixa a inteligência desse homem, com passagem pelo Jornalismo, escritor, funcionário público, cineasta e político. Com os conhecimentos que obteve na variada atividade da sua vida pública, pôde retratar, nesse livro, a História legendaria desse nosso rio. E para terminar estas poucas palavras, queremos repetir o que dele disse Holanda Guimarães:

"Lê-se o livro de fio a pavio e, no fim, pinga saudade daquilo que nossos olhos não tiveram a grandeza e a luminosidade de ver".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Atendendo à finalidade da presente sessão, o Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura da Mensagem nº 47, de 1974-CN.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 47, DE 1974 — (CN)
(Nº 276/74 na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tendo em vista o disposto no artigo 55 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e das Comunicações, o texto do Decreto-lei nº 1.330, de 31 de maio de 1974, publicado no *Diário Oficial* do dia 3 de junho de 1974, que "reduz alíquota do Imposto de Renda incidente sobre o lucro tributável nas empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, e dá outras providências".

Brasília, em 6 de junho de 1974. — **Ernesto Geisel**.
E.M. Nº 253/74

24 de maio de 1974

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

As empresas operadoras de serviços públicos de telecomunicações, em cerca de 85% (oitenta e cinco por cento) dos terminais instalados, de acordo com o disposto na Lei nº 5.792, de 11 de julho de 1972, e regulamentação complementar, encontram-se já sob o controle acionário e direcional da Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRÁS, sociedade de economia mista vinculada ao Ministério das Comunicações, cujo capital pertence, em 98% (noventa e oito por cento), à União, e o restante a órgãos da administração indireta e entidades de direito público. A curto prazo, dentro da política de incor-

porações que vem sendo adotada, estará o setor totalmente sob o controle da TELEBRÁS.

2. A melhoria no setor de telecomunicações, em termos de rede interurbana, tem sido tão grande, nos últimos 10 (dez) anos, que até mesmo os mais otimistas foram tomados de surpresa. A partir da criação da TELEBRÁS, como "holding" do setor, passou-se a dar ênfase na ampliação dos serviços urbanos, visando corrigir o desequilíbrio que agora existe em relação ao interurbano.

3. No entanto, embora já se tenha feito bastante, há muito ainda por realizar, carecendo o setor de recursos de alta monta. A União, diretamente ou através da TELEBRÁS, tem acudido, na medida do possível, às necessidades das empresas prestadoras desses serviços, não só por meio de participação em seu capital, como de dotações orçamentárias, estas em valor ainda muito reduzido.

4. Sente-se, no entanto, que outras medidas governamentais se fazem necessárias para assegurar a esse setor, intimamente ligado à economia e à segurança nacionais, a estabilidade e auto-sustentação que lhe são indispensáveis à consecução de suas finalidades, as quais evitariam que as dotações orçamentárias se sobre-carregassem.

5. Nesse particular, o tratamento tributário especial tem demonstrado excelentes resultados, como se pode verificar no setor de energia elétrica. Com base nesse tratamento, já foram levantadas várias proposições a serem apresentadas ao Governo, sendo uma delas consubstanciada no anexo projeto de decreto-lei ora submetido à alta consideração de Vossa Excelência.

6. Assim é que o artigo 1º estabelece alíquota reduzida, a prazo certo, até o exercício financeiro de 1979, etapa considerada importante para o programa de telecomunicações.

7. Por outro lado, admite-se a exclusão da parcela de juros sobre obras em andamento do lucro tributável.

8. À semelhança de legislação anterior, veda-se todo e qualquer desconto a título de incentivos fiscais, vez que a redução de alíquota ora proposta já é, em si, um incentivo fiscal.

9. Vale acrescentar que a medida proposta auxiliará, ao lado de outros expedientes a serem oportunamente adotados, o cumprimento dos planos governamentais na área, sem aumentar, substancialmente, a necessidade de dotações orçamentárias da União e mantendo, em níveis razoáveis, as tarifas.

10. Ante o exposto, e dada a urgência da adoção da medida, em virtude dos elevados desembolsos que estão ocorrendo no setor de telecomunicações, propomos que, caso haja a concordância de Vossa Excelência, seja ela objeto de Decreto-lei, dada a proximidade do recesso do Congresso no mês de julho, o que torna inviável a tramitação de uma lei ordinária.

Renovamos a Vossa Excelência nossos protestos do mais profundo respeito. — **Mário Henrique Simonsen.** — **Euclides Quadt de Oliveira.**

DECRETO-LEI Nº 1.330, DE 31 DE MAIO DE 1974

Reduz alíquota do Imposto de Renda incidente sobre o lucro tributável nas empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

Decreta:

Art. 1º A partir do exercício de 1974, ano base de 1973, com vigência até o exercício de 1979, inclusive, o Imposto de Renda devido pelos concessionários de serviços públicos de telecomunicações será calculado pela aplicação da alíquota de 6% (seis por cento) sobre o lucro tributável, respeitado o disposto nos parágrafos seguintes e efetuadas as retificações das declarações já prestadas.

§ 1º É vedado qualquer desconto a título de incentivo fiscal, sobre o imposto referido neste artigo, enquanto vigorar a redução de alíquota nele estabelecida.

§ 2º Os juros sobre investimentos de obras em andamento não se sujeitam à tributação do Imposto de Renda.

Art. 2º A diferença entre a remuneração resultante da aplicação do valor percentual aprovado pelo Poder Concedente e a efetivamente verificada no resultado do exercício será registrada na Conta de Resultados a Compensar, da empresa, para fins de compensação dos excessos e insuficiências de remuneração, segundo os critérios estabelecidos pelos atos emanados do órgão próprio do Poder Concedente.

Art. 3º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de maio de 1974; 153ª da Independência e 86ª da República. — **ERNESTO GEISEL.** — **Mário Henrique Simonsen.**

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista que dará parecer sobre a matéria:

MENSAGEM Nº 47/74-CN

Pela Aliança Renovadora Nacional — Senadores José Sarney, Fausto Castelo-Branco, Wilson Campos, Luiz Cavalcante, Carlos Lindenberg, José Augusto, Osires Teixeira, Saldanha Derzi, Celso Ramos, Tarso Dutra e os Srs. Deputados Mário Mondino, Norberto Schmidt, Siqueira Campos, Abel Ávila, Aldo Lupo, Dasso Coimbra, Manoel Taveira e Pedro Colin.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro — Senador Ruy Carneiro e os Srs. Deputados Freitas Diniz, Freitas Nobre e Rubem Medina.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — Lembro à Comissão Mista que, tendo em vista as disposições do art. 110 do Regimento Comum, o parecer sobre a matéria deverá ser proferido no prazo de 20 (vinte) dias e concluirá pela apresentação de projeto de decreto legislativo aprovando ou rejeitando o decreto-lei.

A convocação de sessão destinada à apreciação da matéria será feita de acordo com a publicação e distribuição de avulsos do respectivo parecer.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos) — O Senhor Presidente da República encaminhou à deliberação do Congresso Nacional, com a Mensagem nº 48, de 1974 — CN, o texto do Decreto-lei nº 1.331, de 1974.

Para leitura da Mensagem e demais providências iniciais de sua tramitação, convoco uma sessão do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 12, quarta-feira, às 19 horas, neste plenário.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

EDIÇÃO DE HOJE 8 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,50